

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Cadernos de Geografia

## TERCIARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO \*

J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA \*\*  
MÁRIO ANTUNES DE MATOS \*\*

### RESUMO

«Colin Clark, num esforço de sistematização que com facilidade foi adoptado por cientistas e pela literatura de várias especialidades, dividiu as actividades económicas em três conjuntos a que chamou sectores de actividade e designou-os muito simplesmente por: sector primário, sector secundário e sector terciário.

Estas singelas designações, na sua expressão semântica, resumem na realidade o conceito de sequência filogénica dos fenómenos de economia e ainda o não menos importante conceito de solidariedade dos elementos e dos factores neles intervenientes».

«... no sector terciário, são consideradas as actividades tais como os comércios por grosso e a retalho e os serviços.

Os comércios constituem um primeiro sub-grupo na sua imensa variedade, o qual, de certo modo, se distingue claramente de um segundo, constituído pelos transportes, armazenagem (no sentido restrito) e comunicações, e ainda de um outro grande sub-grupo, o terceiro, formado pelos bancos e demais instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas, a que se somam os serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais e, convencionalmente, as próprias actividades mal definidas».

«... a necessidade de classificar de uma forma expedita e sistemática a sua grande variedade que, aliás, está sempre em contínuo crescimento.» (levou a) «procurar uma classificação tipológica que tivesse ao mesmo tempo a capacidade integradora de *continentes* específicos em relação aos seus *conteúdos*, com base numa razão, não matemática, mas de solidariedade de constituição e/ou

---

\* Comunicação apresentada nas II Jornadas de Geografia Humana (Coimbra, 22 a 24 de Janeiro de 1991).

\*\* Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

de finalidade e, inversamente, permitisse não só o desdobramento desses *continentes* nos seus *conteúdos*, como ainda a possibilidade de inserção, na cadeia integrante dos diferentes níveis dos *continentes*, das novas formas de actividade, novos *conteúdos*, que entretanto pudessem ser criados.

É assim que, em virtude do grande interesse em aumentar a comparabilidade dos valores estatísticos, em 1949, a ONU fazia publicar a chamada *Classificação Internacional Tipo, por Actividades, de Todos os Ramos de Actividade Económica (CITA)* que usou o sistema de desdobramento decimal, a qual mereceu entre nós, algum tempo depois, uma tradução em Português e mesmo em 1964 — dado aquela ser «uma classificação muito genérica, tornando-se necessário, para vários fins, uma classificação mais pormenorizada» — foi publicada uma versão desenvolvida a que se chamou *Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por ramos de Actividade (CAE)*».

«A escolha da temática geral das 2.<sup>as</sup> Jornadas de Geografia Humana do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Terciarização e Desenvolvimento — se acaso fosse necessário, explicar-se-ia facilmente.

Sem tudo querer abarcar, porém, é fácil compreender que a escolha consciente do termo-tema TERCIARIZAÇÃO, não passa, de facto, do entendimento liminar do significado do fenómeno assim designado e da sua importância no processo evolutivo da ocupação funcional dos tecidos urbanos e não só, nos fenómenos gerais de periurbanização, nos de rurbanização e, não menos, na perspectiva da sua consideração na prática, no âmbito das técnicas de planeamento.

Naturalmente, a vastidão e a complexidade do tema não podiam permitir tratar — sequer aflorar — a totalidade dos seus aspectos. Por outro lado, convém não esquecer, «ab initio», que o enfoque destes problemas não deve perder de vista o ângulo de visão que é o nosso, isto é, o da Geografia.

Os factos de *terciarização* devem pois aparecer-nos logo à partida, genericamente, como um complexo e específico processo de evolução caracterizada, que privilegia — sem descurar as demais — as dinâmicas do conjunto de actividades humanas — referenciadas pelo genérico clarkiano como pertencentes ao sector terciário — os seus ritmos e particularmente, os consequentes efeitos diferenciadores na evolução da organização dos espaços.

Mas a expressão geral do tema das Jornadas tem um segundo termo-tema, DESENVOLVIMENTO, e esta segunda escolha, não casual também, significa ao mesmo tempo uma intenção científica e outra, concomitante, de focagem crítica no âmbito da filosofia política.

Já noutra ocasião procurámos focar em contraponto o conceito de *desenvolvimento* nas suas realções com o *crescimento urbano*. Retenhamos dele agora a permanente necessidade de que o crescimento urbano (normalmente marcado pelo seu cariz economicista e não raro confundido em absoluto com o de *crescimento económico*) seja antes o discurso do verdadeiro *desenvolvimento*, diríamos, *desenvolvimento equilibrado ou de rosto humano*, e não aquilo a que Michel Bassand, Professor de Sociologia Urbana de Lausanne, com outros, apelidou de «*maldéveloppement*».

De resto, a tradução desta palavra em Português exprimirá melhor, creio, o respectivo conteúdo semântico se a fizermos sob a forma de *desenvolvimento erróneo*, ou *enganador*, ou ainda de *falso desenvolvimento*.

Assim, a perspectiva que este binómio necessariamente implica, antes de mais, liga-se à própria consideração da dimensão, ou melhor, das dimensões da terciarização, no plano da intensidade das ocorrências, no das induções resultantes, no da sua distribuição espacial, tanto quanto ainda, e não o menos importante, no dos ritmos do processo e no das suas consequências para um verdadeiro desenvolvimento, isto é, no plano da qualidade de vida das populações.

Mas, que significa afinal, numa perspectiva de geógrafo, o fenómeno da terciarização?

Antes de mais, e quase em sentido vulgar, dir-se-á que a terciarização é um processo acelerado de alteração do sistema funcional suportado por uma dada área territorial. Naturalmente, não se excluem do conjunto as alterações concomitantes no âmbito da própria estrutura dos grupos humanos, nos seus comportamentos e atitudes, como sujeitos ao mesmo tempo activos e passivos».

## RESUMÉ

«Colin Clark, dans un effort de systématisation qui fut d'emblée salué par les scientifiques de tous domaines, répartit les activités économiques en trois groupes appelés très simplement: secteur primaire, secteur secondaire et secteur tertiaire.

Ces désignations naïves résumant sous leur aspect sémantique, le concept d'évolution phylogénique des phénomènes ainsi que le concept non moins important de solidarité entre les éléments et les facteurs qui y interviennent».

«... le secteur tertiaire comprend les activités telles que les commerces de gros et de détail ainsi que les services.

Les commerces, dans leur immense variété, constituent un premier sous-groupe, distinct d'un second, constitué par les transports, le magasinage (au sens strict) et les communications, et d'un troisième, important lui aussi, constitué par les banques et autres organismes financiers, les assurances, l'immobilier et les services aux entreprises, auxquels il faut ajouter les services à la collectivité, les services sociaux et services aux personnes ainsi que, conventionnellement, les activités mal définies».

«... la nécessité de classer rapidement et de façon systématique cette grande variété d'activités — qui, par ailleurs, ne cesse de s'élargir —» (implique) «la nécessité d'une classification typologique qui ait à la fois la capacité d'intégrer des *contenants* spécifiques associés à leurs *contenus* sur une base non mathématique mais d'affinités de constitution et/ou de finalité, et qui, inversement, permette non seulement le déploiement de ces *contenants* dans leurs *contenus*, mais aussi l'insertion, dans la chaîne des différents niveaux de *contenants*, des nouvelles formes d'activités — c'est-à-dire de nouveaux *contenus* —, qui peuvent entretemps apparaître.

C'est ainsi que, en vertu du grand intérêt que représentait l'augmentation des moyens de comparaison des valeurs statistiques, l'ONU fit publier en 1949, une *Classification Internationale Type, par activités, de toutes les branches de l'Activité économique (CITA)*, utilisant le système de développement décimal, qui bénéficia, quelques temps plus tard, d'une traduction en portugais. En 1964, date à laquelle «à la suite d'une classification très générique, une classification plus détaillée s'avéra, pour différentes raisons, nécessaire», fut publiée une version développée intitulée *Classification des Activités Économiques portugaises par branches d'activités (CAE)*».

«Le choix du thème général des secondes Journées de Géographie Humaine de l'Institut d'Études Géographiques de la Faculté des Lettres de l'Université de Coimbra — Tertiariation et Développement — s'explique, si besoin est, facilement.

Le but étant de ne pas traiter d'un ensemble de choses trop vaste, il est aisé de comprendre que le terme-thème consciemment choisi de TERTIARISATION, ne dépasse pas, de fait, le sens premier du phénomène en question et son importance dans le processus d'évolution de l'occupation fonctionnelle des tissus urbains, dans les phénomènes généraux de périurbanisation, de réurbanisation, ainsi que dans ses aspects pratiques, dans le cadre des techniques de planification.

Naturellement, l'importance et la complexité du thème n'ont pas permis de traiter — ni même d'aborder — l'ensemble de ses aspects. Par ailleurs, il convient de ne pas oublier l'angle d'approche qui est le nôtre, c'est-à-dire celui du géographe.

Les faits de *tertiarisation* doivent être dès lors considérés comme un processus complexe et spécifique d'évolution caractérisée, privilégiant la dynamique de l'ensemble des activités humaines — appartenant, selon la classification clarkienne, au secteur tertiaire —, de leurs rythmes et particulièrement, des effets différenciateurs qui en résultent, sur l'évolution de l'organisation des espaces.

Mais un second terme-thème complète le thème général des Journées, celui de DEVELOPPEMENT. Ce second choix, bien conscient lui aussi, témoigne à la fois d'une intension scientifique et d'une intention critique dans le cadre d'une philosophie politique.

Nous avons déjà eu l'occasion de nous pencher sur le concept de *développement* dans ses relations avec la *croissance urbaine*. Retenons de cette étude la nécessité pressante de placer la croissance urbaine (souvent marquée de traits économicistes et à l'occasion confondue avec la *croissance économique*) avant le discours du véritable *développement*, du *développement équilibré ou à visage humain*, pourrait-on dire, et non pas de celui que Michel Bassand, professeur de Sociologie Urbaine à Lausanne nomme, avec d'autres, «mal-développement».

Ainsi, la perspective que ce binôme implique nécessairement est-elle avant tout liée à la dimension propre, ou mieux, aux dimensions propres de la tertiarisation, sur le plan du nombre d'occurrences, des inductions résultantes, de leur répartition spatiale ainsi que sur le plan non moins important des rythmes de progression et de leurs conséquences, dans le but de parvenir à un véritable développement, c'est-à-dire concernant la qualité de la vie.

Mais que signifie, dans une perspective géographique, le phénomène de tertiarisation?

On peut dire que la tertiarisation est avant tout un processus accéléré de modification du système fonctionnel subi par une zone territoriale donnée. Naturellement, il ne faut pas exclure de l'ensemble les modifications concomitantes qui affectent la structure propre des groupes humains, dans leurs comportements et attitudes de sujets à la fois actifs et passifs».

## SUMMARY

«Colin Clark, in an effort to create a system, divided economic activities into three groups, which he described as sectors of activity and called the primary, secondary and tertiary sectors. This method was readily adopted by scientists and the literature of different specialities.

In reality, these simple definitions, in their semantic expression, summarize the concept of the phylogenetic sequence of economic phenomena and, last but not least, the concept of interrelation between elements and their intervening agents».

«..., the tertiary sector includes activities such as the wholesale trade, the retail trade and the services.

Commerce constitutes a vast first sub-group, clearly distinct from a second one which includes transport, storage (in a limited sense) and communications, and a third, also large, one which comprises banks and other financial institutions, insurance companies, state agencies, all forms of services rendered to companies, communities or individuals and conventionally, all activities with no formal definition».

«The need to promptly and systematically classify its great and ever-expanding diversity» (lead to) «the search for a standard classification which had both the integrating ability of specific *continents* in relation to their *contents*, based on a reasoning of organic interrelation, and, inversely, allowed not only the unfolding of these *continents* in their various *contents*, but also the insertion, at different levels of the *continents*, of *different forms of activities*, new contents which could be created.

Interested in increasing the comparability between different statistical values, the UN published, in 1949, the so-called *Standard International Classification, by activity, of all branches of Economic Activity* (CITA), which used the decimal system and was translated into Portuguese despite being «a very generic classification, a more detailed classification being needed, for various purposes». The *Classification of Portuguese Economic Activities by Activity Branches (CAE)* was then published in 1964.

«It is easy to explain the choice of the theme for the 2nd Meeting on Human Geography by the Institute for Geographic Studies, Faculty of Letters, University of Coimbra — Tertiarization and Development.

The deliberate choice of the term TERTIARIZATION just begins to explain the phenomenon itself and its importance to the whole evolutionary process of urban occupation — whether peripheral urbanization, urban reno-

vation and, not least, its practical application in the sphere of planning techniques.

Obviously, the scale and complexity of the subject means that not all aspects could be covered. It is also important to bear in mind that analysis of these problems should primarily be seen from the Geographical point of view.

The elements of Tertiariation, therefore, should be seen as part of a particular and complex evolutionary process which favours the human activities of the tertiary sector (as defined by Clark), their and effect on the organization of space.

The choice of DEVELOPMENT as a second theme reinforces not only the scientific perspective, but also the critical approach from the point of view of political philosophy.

We have previously sought to examine the concept of *development* and its relationship with *urban growth*. We may remember the urgent need for urban growth (normally identified by its economic aspect, and quite often mistaken for *economic growth*) before discussing *development* as such, *balanced development or development with a human face* — and not what Michel Bassand, professor of Urban Sociology in Lausanne, described as «*maldéveloppement*».

In fact, the translation of this word into Portuguese expresses more accurately, I believe, the notion that this form of development is *misguided, deceptive or even false*.

Thus, the viewpoint of this binomial necessarily implies, first and foremost, that it is linked with the consideration of dimension, or, rather, the dimensions, of tertiarization, on the level of the intensity of its occurrence, consequences, spatial distribution, and no less important, the rhythm of this process and its impact upon true development, in other words, on the quality of life of the people.

But what does the phenomenon of tertiarization mean from a geographer's point of view?

Above all else, Tertiariation is basically an accelerated process of change in the functional system of a particular area, not excluding the concomitant changes in the structure of human groups, in their behaviour and attitudes, both as active and passive agents».

## INTRODUÇÃO

Como é sabido, Colin Clark, num esforço de sistematização que com facilidade foi adoptado por cientistas e pela literatura de várias especialidades, dividiu as actividades económicas em três conjuntos a que chamou sectores de actividade e designou-os muito simplesmente por: sector primário, sector secundário e sector terciário.

Estas singelas designações, na sua expressão semântica, resumem na realidade o conceito de sequência filogénica dos fenómenos de economia e ainda o não menos importante conceito de solidariedade dos elementos e dos factores neles intervenientes.

A designação de sector primário, ou seja, o que engloba as actividades primárias, encerra em si mesmo uma implicação temporal, isto é, exprime o sentido mais directo dos objectivos destas, na sua relação mais íntima com os dados naturais, diríamos em síntese, da sua relação imediata com os meios naturais. São, como se sabe, actividades que se ligam com a exploração do solo e das águas e daquilo que estes suportam, essencialmente a agricultura, a silvicultura e a exploração florestal, a pecuária, e/ou as suas formas combinadas, a caça, a pesca e as diferentes formas da piscicultura. Além destas, ainda, as chamadas indústrias extractivas, que nem sempre, nos nossos dias, frente às conquistas tecnológicas e às conveniências económicas, se ajustam perfeitamente no âmbito do sector primário.

Por seu turno, ao sector secundário, correspondem as actividades secundárias, e diz respeito à larga série das indústrias transformadoras, cujo o carácter fundamental consiste exactamente nas modificações, alterações e combinações de matérias-primas e produtos semi-acabados em bens de consumo, artefactos resultantes dos mais singelos tratamentos artesanais aos mais sofisticados processos de produção.

Por outro lado, junta-se-lhe também outro tipo de actividades, algumas ainda de forte cunho tecnológico, como são as ligadas à produção, transporte, distribuição, e mesmo nalguns casos, à armazenagem, de electricidade, gaz e água. Tradicionalmente, pelo seu carácter compósito, juntam-se-lhe ainda, finalmente, as actividades ligadas à construção e obras públicas.

Por último, no sector terciário, são consideradas actividades tais como os comércios por grosso e a retalho e os serviços.

Os comércios constituem um primeiro sub-grupo na sua imensa variedade, o qual, de certo modo, se distingue claramente de um segundo, constituído pelos transportes, armazenagem (no sentido restrito) e comunicações e ainda de um outro grande sub-grupo, o terceiro, constituído pelos bancos e demais instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas, a que se somam os serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais e, naturalmente, as próprias actividades mal definidas.

A imensa variedade destas actividades terciárias e, particularmente, a natureza diversa e consequencial de algumas, levou certos Autores a defender a divisão do terciário clarkiano num terciário que englobaria essencialmente os comércios, restaurantes e hotéis, e criando para as demais actividades acima expressas um outro novo sector, que seria logicamente o sector quaternário.

De qualquer modo, e mesmo aceitando como pertinentes diversos argumentos no sentido da referida divisão, o que é certo é que a ideia original de Clark permanece aceite e utilizada.



Um outro aspecto a considerar ressaltava a importância e do significado organizativo das actividades económicas em si, da sua dinâmica interna e dos nexos da sua interactividade, enfim, da própria complexa solidariedade tecnológica e social dos factores e agentes dos fenómenos económicos.

Isso mesmo, como se sabe — e indo um pouco mais longe e mais fundo na análise — obriga a procurar cobrir todas as actividades humanas, incluindo aquelas que não é possível dizer que são de natureza directamente económica.

De tudo resultou a necessidade de classificar de uma forma expedita e sistemática a sua grande variedade que, aliás, está sempre em contínuo crescimento. Foi portanto necessário procurar uma classificação tipológica que tivesse ao mesmo tempo a capacidade integrante como «continentes» específicos em relação aos seus «conteúdos» — com base numa razão, não matemática, mas de solidariedade de constituição e/ou de finalidade — e, inversamente, permitisse não só o desdobramento dos «continentes» e os seus «conteúdos», como ainda a possibilidade de inserção, na cadeia integrante dos diferentes níveis dos «continentes», das novas formas de actividade, novos «conteúdos», que, entretanto, pudessem ser criados.

É assim que, em virtude do grande interesse em aumentar a comparabilidade dos valores estatísticos, em 1949, a ONU, fazia publicar a chamada «Classificação Internacional Tipo, por Actividades, de Todos os Ramos de Actividade Económica» (CITA) usando o sistema de desdobramento decimal, a qual mereceu entre nós, algum tempo depois, uma tradução em Português e mesmo, em 1964, dado aquela ser «uma classificação muito genérica, tornando-se necessária, para vários fins, uma classificação mais pormenorizada», foi publicada uma versão desenvolvida a que se chamou «Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade» (CAE).

Estes «instrumentos» passaram a permitir um mais fácil tratamento comparativo dos valores registados e das estatísticas deles decorrentes, e até a utilização de meios de tratamento altamente sofisticados como são os da sua computadorização. É assim mais fácil hoje «medir» o peso das diferentes actividades, umas em relação às outras, num contexto territorial amplo ou restrito, nos planos entrecruzados dos domínios do regional e do local, numa perspectiva tanto macro como micro, numa visão sincrónica ou diacrónica e, não só no âmbito específico da Economia mas, particularmente, em vários outros, como por exemplo no da Geografia Humana.

Porém, no contexto da Geografia Humana, a perspectiva espacial, como à primeira vista poderia parecer, também não é a única nem talvez, isolada, a mais relevante. Isto compreende-se por que, na dinâmica da globalidade dos fenómenos antrópicos, a evolução, o seu sentido e os seus ritmos — na sua expressão espaço-temporal — podem ser, e são de facto, mais significativos para a

compreensão da génese e da evolução dos tipos de organização dos territórios, resultante da sua apropriação pelos diferentes grupos humanos.

Por outras palavras, o «peso» dos factores concorrentes em qualquer estágio de evolução pode ser de certo modo avaliado e, assim, exprimir o sentido e a dimensão, ou dimensões, das transformações da organização do território.

\* \* \*

A escolha da temática geral das 2.<sup>as</sup> Jornadas de Geografia Humana do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Terciarização e Desenvolvimento — se acaso fosse necessário, explicar-se-ia facilmente.

Sem tudo querer abarcar, porém, é fácil compreender que a escolha consciente do termo-tema terciarização, não passa, de facto, do entendimento liminar do significado do fenómeno assim designado e da sua importância no processo evolutivo da ocupação funcional dos tecidos urbanos e não só, nos fenómenos gerais de periurbanização, nos de rurbanização e, não menos, na perspectiva de sua consideração na prática, no âmbito das técnicas de planeamento.

Naturalmente, a vastidão e a complexidade do tema não podiam permitir tratar — sequer aflorar — a totalidade dos seus aspectos. Por outro lado, convém não esquecer, ab inicio, que o enfoque destes problemas não deve perder de vista o ângulo de visão que é o nosso, isto é, o da Geografia.

Os factos de terciarização devem pois aparecer-nos logo à partida, genericamente, como um complexo e específico processo de evolução caracterizada, que privilegia — sem descurar as das demais — as dinâmicas do conjunto de actividades humanas — referenciadas pelo genérico clarkiano como pertencentes ao sector terciário — os seus ritmos e, particularmente, os consequentes efeitos diferenciadores na evolução da organização dos espaços.

Mas, a expressão geral do tema das Jornadas tem um segundo termo-tema — o desenvolvimento — e esta segunda escolha, não casual também, significa ao mesmo tempo uma intenção científica e outra, concomitante, de focagem crítica no âmbito da filosofia política.

Já noutra ocasião procurámos focar em contraponto, o conceito de desenvolvimento nas suas relações com o de crescimento urbano.

Retenhamos dele agora a premente necessidade de que o crescimento urbano (normalmente marcado pelo seu cunho economicista e não raro confundido em absoluto com o de crescimento económico) seja antes o discurso do verdadeiro desenvolvimento, diríamos, «desenvolvimento equilibrado ou de rosto humano», e não aquilo a que Michel Bassand, professor de Sociologia Urbana de Lausanne, com outros, apelidou de «maldéveloppement».

De resto, a tradução desta palavra em Português exprimirá melhor, creio, o respectivo conteúdo semântico se a fizermos como «desenvolvimento erróneo», ou «enganador» ou «falso desenvolvimento».

Assim, a perspectiva que este binómio necessariamente implica, antes de mais, liga-se à própria consideração da dimensão, ou melhor, das dimensões da terciarização, no plano da intensidade das ocorrências, no das induções resultantes, no da sua distribuição espacial, tanto quanto ainda, e não o menos importante, no dos ritmos do processo e no das suas consequências para um verdadeiro desenvolvimento, isto é, no plano da qualidade de vida das populações.

Mas, que significa afinal o fenómeno da terciarização?

Antes de mais, e quase em sentido vulgar, dir-se-á que a terciarização é um processo acelerado de alteração do sistema funcional suportado por uma dada área territorial. Naturalmente, não se excluem do conjunto as alterações concomitantes no âmbito da própria estrutura dos grupos humanos, nos seus comportamentos e atitudes, como sujeitos ao mesmo tempo activos e passivos.

Podemos, porém, considerar esse processo sob diversos prismas. Num primeiro, essencialmente, como processo de substituição de actividades produtoras por outras não produtoras.

Este tipo ocorre em períodos nos quais, por exemplo, algumas indústrias em processo de expansão abandonam a localização inicial, entretanto envolvida por mais ou menos densos tecidos urbanos, porque estes estrangulam ou impossibilitam a satisfação de novas exigências de espaço ou porque essa mesma localização se altera e deixa de responder às novas condições de acessibilidade específica necessária.

Pode ainda considerar-se pura e simplesmente a ocorrência da desactivação definitiva de uma área fabril, da qual o maior valor residual acaba por ser, na perspectiva da reutilização ou aos olhos duma potencial especulação, a «posição» do terreno e as características de venalidade do preço do solo urbano. Foi o caso do Complexo do Graham, à Boavista, no Porto.

Outro exemplo simples relaciona-se com a radical alteração de espaços urbanos com ocupações praticamente residenciais e às vezes também mistas, mas cuja forte degradação física suscita intervenções profundas, em nome da higiene urbana ou outras invocações.

Não raro vão até ao nível do total arrazamento, e suportam depois uma reconstrução segundo concepções urbanísticas e arquitectónicas profundamente diferentes das anteriores, nas quais a distribuição mais equilibrada — embora nem sempre — das diversas ocupações, residenciais ou funcionais, acaba por traduzir-se no aparecimento de equipamentos entre os quais as actividades terciárias têm peso relevante, praticamente total.

Entre muitos outros poderia citar-se como significativos o caso do célebre e ultramoderno Bairro de Meriadec, em Bordeus, ou o não menos celebrado conjunto lisboeta das Amoreiras. O caso do Barredo, no Porto, com uma raiz muito semelhante, levou, porém, a situação diferente, apesar das tentativas até agora abortadas. Por esse motivo ele pode adiantar-se como um exemplo de terciarização mitigada cujo equilíbrio, por enquanto, ainda é evidente.

Um outro prisma, todavia, não é menos significativo.

Apesar do aumento diversificado de actividades industriais de transformação — compatíveis ainda com assentos claramente urbanos ou do periférico imediato — conhecer a mais ampla expansão, elas próprias criam necessidades, a montante e a juzante, de natureza terciária, quer nos aspectos referentes ao comércio, quer nos dos serviços.

Se alguns dos últimos, por vezes, nem sempre respondem com grande elasticidade, em termos de localização, a essa procura, os primeiros, de um modo geral, diversificam-se mais facilmente, accionam mecanismos que se apoiam em comportamentos de massa, e através de uma larga versatilidade e de técnicas cada vez mais disponíveis, atingem maiores audiências (propaganda, difusão da informação), alargam os horizontes das clientelas potenciais, e induzem a criação de infraestruturas de apoio a todo o crescente complexo da procura alargada, enfim, intervêm no plano arquitectónico-urbanístico, apropriando especificamente e apropriando-se das superfícies, quiçá, «multiplicando-as» em altura e aumentando as volumetrias que aquelas suportam.

Todos estes complexos dinâmicos são ao mesmo tempo solução possível para carências existentes mas, quase inevitavelmente, terminam por ser criadores de novas carências e desequilíbrios novos, nomeadamente urbanísticos.

São disto exemplo fácil as rápidas transformações que as empresas comerciais têm vindo a sofrer há umas dezenas de anos a esta parte.

Refiro-me, naturalmente, aos fenómenos de concentração especializada e/ou diversificada, dos «grandes armazens» aos «supermercados», destes aos «hipermercados», passando pela não menos rápida opção pelo «auto-serviço», independentemente das dimensões do estabelecimento, e ainda pelos «centros comerciais» e esses numerosos certames comerciais específicos, de grande significado interno e externo, que são as múltiplas «feiras nacionais e/ou internacionais» que periodicamente têm lugar em algumas grandes cidades de todo o mundo.

Certas formas — «supermercados» e especialmente «hipermercados» — não têm possibilidade de ocupar espaços caracterizadamente urbanos, procurando antes as suas periferias ou os arrabaldes não demasiado afastados, pois que, sendo grandes consumidores de espaço, à partida, a sua localização forçosamente tem de entrar em linha de conta com o custo do terreno necessário e

este integra particularmente o custo das componentes das acessibilidades e conseqüentemente do sistema viário com o qual tem de se articular nos dois sentidos, isto é, de acesso à tipologia e dimensões do reabastecimento e ainda da serventia da clientela real e seus meios de deslocação. Estes casos são ainda bivalentes pois que podem funcionar como comércios por grosso, especializados ou diversificados, de satisfação imediata da procura por parte de retalhistas, ao mesmo tempo que servem uma clientela de consumidores directos, tal como sucede em alguns «hipermercados» ou «cash and carry».

Não se referem aqui, em especial, as formas cooperativas, que normalmente são expressão mitigada de tipo especial de equipamento.

Na realidade, podem diferir dos outros, em essência, pelo carácter restrito do recrutamento da sua clientela que podem ter, naturalmente menos significativo no processo evolutivo em termos de economia de mercado.

No entanto os estabelecimentos não cooperativos têm normalmente tais dimensões espaciais e económico-financeiras que dinamizam os espaços envolventes em processos de mais lenta ou mais rápida transformação periurbana e tornam-se, com o tempo, indutores das alterações dos tipos e estilos de apropriação dos espaços pré-existentes.

De qualquer forma, e normalmente com outro cariz, também os espaços rurais sofrem os efeitos da terciarização.

Como sempre sucede, as grandes diferenças entre os espaços claramente urbanos e os rurais são ainda resultantes de três ordens de razões: as dimensões, a intensidade, e o ritmo dos processos.

Na cidade, todas essas razões são, em princípio, apercíveis pelos índices de atractividade urbana, que poderíamos medir, com alguma aproximação, através da relação percentual entre a média da população fundamental e a da população activa residente que pode ser complementada pela a relação, também percentual, entre a média da população presente e a da população residente consideradas nos intervalos decenais intercensitários, para poder absorver a parte menos significativa de ocorrentes efeitos de conjuntura, se esses dados de base estivessem disponíveis.

Mas, com maior ou menor ocorrência, dependendo todavia de diferentes estilos de vida rural, a loja ou lojas que in extremis oferecem uma relativa variedade de bens, os «Tem Tudo» de algumas aldeias, tendem cada vez mais a desaparecer como tal e a comunidade aceita e mesmo requer uma certa especificidade funcional.

Os fenómenos de concorrência entre os «Tem Tudo» são raros e, quando ocorrem, quase sempre se extinguem através da opção de diferentes graus de especialidades dos bens oferecidos pelos «concorrentes».

Por outro lado, por via de uma certa agressividade exterior, algumas alterações nos hábitos e algumas quebras das rotinas dos «modos de vida» são responsáveis, por fases, por diversas formas de terciarização.

Um bom exemplo é o do fabrico industrial do pão.

A melhoria das condições de acessibilidade (principalmente as conquistas no campo dos transportes, tornando-os mais fáceis, mais rápidos e mais versáteis) e a agressividade das possibilidades de distribuição e a consequente ampliação do raio de eficácia da comercialização, alteraram em muitas áreas hábitos alimentares e práticas velhas de séculos, como, por exemplo, a do fabrico caseiro do pão para auto-consumo.

A pouco e pouco este vai-se perdendo, restando muitas vezes a memória e a prática desse fabrico, relegada para as festas familiares.

O pão chega agora normalmente à porta, vendido fresco, todos os dias.

Trata-se evidentemente de um tipo difuso de uma primeira fase de terciarização mas, em breve, como pode ver-se em muitas aldeias em transformação, não é já de porta em porta e de casal em casal que se faz a venda do pão mas sim na «venda do pão» extreme ou integrada numa loja que se «especializa» mais ou menos em bens alimentares, a mercearia, em tantos casos «nascida» paredes-meias com a taberna.

Se as alterações sofridas no que respeita ao pão têm na base alterações profundas do «modo de vida», outras, tocando menos as raízes seculares, são quase os primeiros arremedos de futuras linhas de rurbanização, fazendo diminuir o significado e importância de feiras e mercados de longa datação, no papel suplectivo que tinham em quase tudo o que respeitava à aquisição de ferramentas e instrumentos, produtos de aplicação nas actividades rurais e destinados aos trabalhos nos campos, à construção civil, etc, etc.

Não raro, são outros factos e suas consequências que aceleram os processos de terciarização, tais como, por exemplo, os surtos de construção e renovação da habitação que emigrantes ou antigos emigrantes suscitam, não sendo difícil de encontrar em velhas povoações em renovação, lojas especializadas em materiais para esse fim, dos cimentos aos azulejos, dos parafusos às louças sanitárias e às tintas, e outros claramente virados para os chamados equipamentos electrodomésticos.

Outra incidência especial dos factos de terciarização são os fenómenos de uma concomitante desindustrialização.

Como por outrém será aqui tratado em particular, bastará agora somente apontar duas linhas que o processo de transformação ocasiona. A primeira, relaciona-se com ocorrências já acima indicadas, essencialmente em espaços urbanos e/ou nas suas periferias imediatas: é o caso dos processos por substituição.

Pode dizer que, de certo modo, este tipo de processos se desecadeou relativamente cedo, como reacção ao caótico crescimento urbanístico sequente à Revolução Industrial.

No entanto, sabemos que é ainda hoje vivo e presente nas nossas cidades, principalmente nas que sofreram maior incidência daqueles factos, embora estes, como é aliás sabido, se tenham iniciado entre nós muito tarde, relativamente a quase todo o resto da Europa.

A segunda linha é mais subtil, se assim se pode dizer, pois radica essencialmente em alterações mais profundas e mais íntimas no âmbito das relações e solidariedade de natureza económica das empresas.

Essas alterações traduzem-se por uma cada vez mais «terciarizada» constituição interna das empresas.

Em crescente envolvimento, cada vez mais a automatização e a robotização, servidas por sistemas sofisticados de comando e controle informático, acrescentam ao sector técnico da produção um potencial de aumento da produtividade.

A essa importante faceta começa a juntar-se, ainda que timidamente no caso português, o sector da investigação e ensaio.

Não menos significativo, é também o crescente recurso à incorporação de técnicas das modernas formas de gestão e administração, do «marketing» e do «marketing», com as suas vertentes, hoje cada vez mais importantes, no âmbito mundial dos jogos financeiros e da capacidade de informação tempestiva sobre os mercados dos produtos e dos factores de produção.

Enfim, tudo a traduzir-se, não necessariamente num aumento do emprego próprio, mas na sua profunda alteração interna, no sentido da sua qualificação, com a alteração das proporções entre o sector dos «col blanc» e o dos «col bleu», a favor do primeiro, onde, cada vez mais, pesa a importância das formações de especificidade do sector terciário.

Uma outra gama de problemas têm vindo a ser cada vez mais indutora de formas de terciarização.

Algumas conquistas, em especial no domínio das regalias sociais, de uma forma geral reconhecidas às populações mas particularmente incidentes na população activa — bastaria pensar nas várias diminuições do horário de trabalho — criaram problemas de ocupação do tempo libertado.

Naturalmente não está em causa a legitimidade dessas conquistas mas as suas consequências.

A crescente procura e o aumento do leque de actividades de lazer e ócio e dos respectivos espaços funcionais, específicos ou polivalentes, é outra vertente responsável por diferentes fenómenos de terciarização urbana ou não. Por vezes é mesmo difícil discernir no conjunto das diferentes linhas de apetência o motivo principal ou mais influente.

O aumento da construção, reconstrução e adaptação de numerosas sedes de Grupos, Associações ou Colectividades Recreativas e/ou Desportivas e, moderadamente, os Grupos de Protecção e Salvaguarda do Património ou os Ecológicos, são — e não só no nosso País — um bom exemplo dessas formas, tanto rurais como urbanas, as quais, de certo modo, continuam e renovam não só o quase perdido espírito associativo, como sustentam e recriam expressões culturais inestimáveis, como as do teatro popular, dos orfeões, dos ranchos folclóricos e, quiçá, as mais significativas de todas, as Bandas de Música e as Filarmónicas.

Com a evolução das modernas tecnologias, em particular as chamadas «novas tecnologias de informação» ou «NTI», cada vez mais é comum ver-se a criação de actividades de apoio às demais actividades dos três sectores de Clark.

Um pouco por todo o lado se regista um crescente número de empresas de serviço que põem à disposição de outras um «know-how» muito diversificado.

As rápidas criações no domínio da Informática, com a crescente capacidade operativa do «hardware» e a versatilidade quase impensável do «software», ao mesmo tempo que vem diminuindo relativamente o volume e o seu custo, acrescentam ao aumento e diversificação da sua utilização uma infinidade de aplicações que invade a própria estrutura das empresas e cria a montante e a juzante das novas actividades e novas respostas cada vez mais intensamente procuradas.

Quase se poderia dizer que a banca e os seguros têm também o seu papel relevante entre os factores e as consequências dos factos de terciarização.

É claramente conhecida a política das direcções bancárias de há vinte anos a esta parte, que se traduziu num clássico «slogan»: «Para o servir melhor, nós vamos para perto de si». Com ele se pré-anunciava a criação de uma série de agências de um conhecido Banco. De facto, especialmente os grandes bancos comerciais, começaram a criar balcões de atendimento de antigos e novos clientes, em pontos estratégicos de Lisboa e Porto, inicialmente, sendo agora bem visível em outras cidades o mesmo fenómeno de expansão.

Para terminar, sem ser exaustivo, quatro outros grandes tipos de terciarização podem ainda ser considerados com alguma pertinência: 1.º — as formas de fundamentação religiosa; 2.º — as de fundamentação cultural; 3.º — as de fundamentação termal; 4.º — as de fundamentação turística.

Poderíamos dizer que o 4.º tipo, sem que isso significasse grande atropelo, podia englobar, sob uma certa perspectiva genérica, os três anteriores.

Em todo o caso, creio que é mais correcto separá-los, não só pela diferente essência dos motivos originantes mas também pela natureza das diferentes consequências na organização do espaço que acarretam.



No 1.º é evidente que a atracção que o fenómeno religioso exerce sobre os crentes — que é sempre de respeitar — solicita uma diversa gama de equipamentos para além dos que podemos dizer serem próprios do culto.

O conhecidos lugares de peregrinação, tais como o Santuário de Fátima, o de Lourdes, o de Santiago de Compostela, o de Czestochowa, Assis e Pádua, Jerusalém e Belém, Meca, Benares, Lasa, entre outros de menor renome, são em grande parte resultantes dessa procura de carácter religioso.

A ausência de indústrias é absolutamente vulgar e, para além dos equipamentos destinados à alimentação e aposento dos peregrinos, dos serviços de saúde, ainda dos serviços aos indivíduos e das sucursais bancárias — tudo normalmente sobredimensionado em relação à população residente —, são os comércios de artigos religiosos e mesmo de simples recordações de passagem, quantas vezes muito descabidas no ambiente, aqueles que dão o tom funcional desses lugares.

Como é de esperar, as diferenças maiores resultam, no entanto, da força de atracção dos factos religiosos de base.

Roma, por exemplo, mostra que a pré-existente cidade, ao ser escolhida para sede do Papado, sofreu as profundas alterações que são nela a marca inconfundível de uma religião de profunda vocação ecuménica, embora Roma não seja só isso.

O 2.º tipo tem de certo modo um carácter aparentemente menos marcado, embora não seja de modo nenhum dispendioso.

Regra geral, a atracção está ligada a manifestações culturais de alto padrão.

Lembremos simplesmente os grandes «concertos de música rock» que enchem estádios; as «saisons» de música clássica, de ballet e de ópera nas grandes capitais europeias; os festivais de música wagneriana, na Alemanha ou os que, todos os anos, são dedicados a um só compositor de música de vanguarda, em cidades como Graz, na Stíria, Áustria; ou as «rentrées» de teatro, de Londres ou Paris; os grandes festivais de cinema, como os de Veneza, de Cannes ou de Berlim; as grandes «vernisages» e as exposições de artes plásticas, internacionais, ou simplesmente nacionais, como os «Salons» de Paris ou as «Bienais de S. Paulo», Brasil, as raras retrospectivas da obra de pintores e escultores de renome internacional, mesmo em vida, como as de Henry Moore, Vieira da Silva ou essa excepcional exposição «Hommage a Pablo Picasso», com quase toda a obra (508 espécies entre pintura, escultura, cerâmica e desenho) do célebre pintor Espanhol, nos Grand et Petit Palais, em Paris, de Novembro de 1966 a Fevereiro de 1967, que registou para cima de dois milhões de visitantes.

Todas estas manifestações arrastam multidões de espectadores de várias origens geográficas, de diferentes níveis sócio-económicos, com diferentes ocupações culturais, interessados em diversos graus e com várias finalidades,

durante realizações que vão de um dia até quatro meses e mais; todas induzindo a necessidade de actividades e equipamentos de apoio, em alguns casos efémeros e/ou «hibernantes».

O 3.º tipo, é nitidamente sazonal e, por esse motivo, tem um cariz diferente. Caidos em desuso mais que em desgraça, a procura dos tratamentos termiais, teve sempre para as terapêuticas aquísticas os seus apoios específicos — «buvettes», piscinas, duches, salas de inalação, etc. — e, com estes, a necessidade de outros equipamentos complementares.

Os hotéis, com uma peculiar vida social e alguns tímidos propósitos de oferta de actividades lúdicas compatíveis — os bailes, os concertos de música, os exercícios e os jogos ao ar livre, como o golfe ou o tennis, os passeios a cavalo, os passeios nos arredores, as marchas na floresta — foram e são ainda, em muitos casos, paradigmáticos.

A estes, porém, vieram juntaram-se as casas de espectáculos variados, de que os cinemas são talvez os mais conhecidos, mas não raro são mesmo pequenos e discretos casinos, ou pelo menos salas de «jogos de salão».

Os hotéis, por vezes animam-se com pequenas «botiques» onde as elegantes aquistas descobrem um sucedâneo para a nostalgia do «shopping» nas suas metrópoles distantes.

Um fenómeno de retorno a velhos hábitos faz com que nos nossos dias haja um remoçar da procura dos tratamentos termiais, os mais diversos.

Assiste-se assim, com relativa facilidade, não só à construção de novos hotéis e estalagens mas a uma renovação de velhas relíquias da hotelaria termal, tanto quanto à sua revitalização, através da criação de modernos e actuais processos de animação e recreio.

Não raro, em alguns casos, nas antigas povoações adjacentes e dependentes, nascidas expontâneamente mas, depois, com a quebra do interesse termal, adormecidas ou ensimesmadas, vê-se remoçar a vida, diversificarem-se as actividades, enfim, nota-se uma estruturação mais completa e menos desequilibrada, a que uma população residente acrescida entretanto, dá vida própria e faz desvanecer o clássico contraste sazonal de entre duas épocas.

Finalmente, ao 4.º tipo pertencem por excelência as formas mais diversificadas que se possam imaginar. Corresponde-lhe tudo aquilo a que já nos habituamos a chamar um tanto impropriamente a indústria do turismo.

Praticamente esta indústria do turismo acaba por se confundir intensionalmente com os três outros tipos, como acima referimos, pelo que não admira que também se use, escrito ou oralmente, com a mesma impropriedade, expressões tais como turismo religioso, turismo cultural, turismo termal e mesmo turismo desportivo e outras. Trata-se no entanto de uma apropriação de motivações específicas com a finalidade da sua exploração económica.

Na realidade, a fundamentação das acções dessa indústria basea-se no valor comercial que determinados dados, naturais ou produto da acção do homem — como se fossem autênticos bens de consumo imediato ou serviços directos — assumem para os indivíduos que deles pretendem voluntariamente auferir e que, para esse efeito, estão dispostos a dar contrapartidas, a pagar.

Neste aspecto, o que importa considerar é que as estruturas técnicas e financeiras e as capacidades do «marketing» que lhe estão ligadas são normalmente tão poderosas do ponto de vista económico, que o próprio Estado chama a si, através de Departamentos específicos, mesmo ao nível de um ministério, a promoção e a gestão dos fenómenos turísticos.

Também este tipo — e no que respeita a várias das suas perspectivas — será tratado durante estas 2.<sup>as</sup> Jornadas. Por esse motivo não faremos agora e aqui mais qualquer específica consideração.

A sua complexidade é evidente. Nem sempre a «frieza» científica das análises consegue vencer o desafio económico da problemática que o turismo cria.

Limitar-me-ei a lembrar a «violência» de que as formas concretas da terciarização turística por vezes se revestem, criando a antítese do que é curial que se preserve, isto é, a prevalência de um conceito de desenvolvimento — como atrás dissemos — de «rostro humano».

Não é líquido que todo o esforço no sentido da terciarização turística seja positivo; não o é ainda no sentido do ritmo dos seus processos de implementação. Os «timing» do crescimento económico e do desenvolvimento nem sempre são compatíveis.

O problema reside exactamente nas perspectivas do equilíbrio possível entre duas escalas de valores.

Não seria necessário lembrar o que significa o «soidisant» «ordenamento do território» do espaço algarvio.

Todavia, iniludivelmente, esse espaço e esse «ordenamento» são um exemplo acabado, quase paradigmático pela negativa, dos efeitos de uma terciarização, sem dúvida de forte peso no cômputo do «deve e haver» de Portugal mas, estamos longe ainda de saber o real custo humano de tudo isso.

Pessoalmente entendo que, como geógrafos que essencialmente têm a obrigação de conhecer as perspectivas espaciais do desenvolvimento, compete-nos repensar os porquê destes fenómenos, dos seus processos, das suas dinâmicas, das suas tendências, das suas evoluções e consequências, das suas hipotecas económicas, mas especialmente das sociais, enfim, dos seus custos culturais.

Pensar e estudar estes fenómenos em toda a sua complexidade e transmitir as nossas conclusões e ideias aos nossos alunos, tanto quanto aos nossos

Amigos, e suscitar neles a necessidade de um crescente espírito crítico sobre a matéria é, em última análise, um dever de todos nós.

Particularmente, gostaríamos que reconhecessem nesta finalidade fundamental a razão de ser destas 2.<sup>as</sup> Jornadas de Geografia Humana que o Instituto de Estudos Geográficos propôs mas que a vossa adesão tão claramente mostrou ser pertinente.

Vejamos agora, muito rapidamente, uma perspectiva demográfica simples dos factos.

\* \* \*

Referimos na primeira parte desta comunicação que a partir dos anos quarenta e sob o impulso da Comissão de Estatística das Nações Unidas, muitos países adoptaram uma classificação em novos grupos (a que depois se acrescentaria um décimo, *Actividades ignoradas ou mal definidas*), para facilitar a comparação entre países e simplificar a informação fornecida pelos censos no que diz respeito às categorias de actividade económica no seio da população activa (Daniel Noin, 1979 pp. 167). Mais se salientou que o economista Colin Clark (1940) num esforço de sistematização e inspirado por um dos seus compatriotas, o Australiano A. Fisher, dividiu as actividades económicas em três sectores que designou muito simplesmente por sector primário, sector secundário e sector terciário. É importante frisar que apesar da sua simplicidade, esta classificação merece do geógrafo uma certa cautela na interpretação dos dados fornecidos sobretudo pelos recenseamentos, quando pretende fazer comparações, dado que a proporção de activos nos grupos de actividade económica acima citados, varia de país para país, no seio do próprio país, de região para região e até de cidade para cidade. Mais ainda, os próprios conceitos de população activa podem variar dentro dum mesmo país de censo para censo, particularmente no que diz respeito à idade de entrada dos jovens na população activa ou à inclusão ou não da mulher nessa mesma população, entre outros.

Procuremos agora fazer uma análise evolutiva da população activa portuguesa precisamente a partir do recenseamento de 1940, incidindo em especial no sector terciário.

Para levantamento dos dados estatísticos relativos à evolução da população activa recorreremos à informação fornecida pelos *Recenseamentos* de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981 e ainda pelas *Estatísticas de Base da Comunidade Económica Europeia*.

Quanto aos grupos que fazem parte de cada sector de actividade económica seguimos o critério utilizado pelo recenseamento de 1981 no

volume *Antecedentes Metodologia e Conceitos*, pp. 58, que a seguir se transcreve:

### *Sector de Actividade Económica*

— Grande Grupo de actividades económicas, calculado a partir do ramo de actividades das pessoas activas e com base na Classificação das Actividades Económicas (C.A.E.), segundo se especifica:

*Primário* — Agricultura, silvicultura, caça e pesca; indústrias extractivas (classes 111 a 290 da C.A.E.).

*Secundário* — Indústrias transformadoras; electricidade, gás e água; construção e obras públicas. (Classes 310 a 500 da C.A.E.).

*Terciário* — *Serviços de natureza social* — Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais, com excepção dos serviços de reparação de diversos. (Classes 911 a 949 e 952 a 960 da C.A.E.).

*Terciário* — *Serviços relacionados com Actividades Económicas* — Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; bancos e outras instituições financeiras; seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; serviços de reparação diversos; actividades mal definidas. (Classes 610 a 833, 951 e 000 da C.A.E.).

Uma vez delimitado o «conteúdo» do sector primário, secundário e terciário para o Recenseamento de 1981, seguimos o mesmo critério no levantamento dos quantitativos de população activa em todos os recenseamentos desde 1940 a 1981.

Alertámos anteriormente para o facto dos conceitos de população activa poderem variar dentro do mesmo país de recenseamento para recenseamento. De facto, assim aconteceu em Portugal no período em estudo. Da variação desses conceitos e da metodologia por nós seguida na recolha dos dados se dá conta seguidamente:

a) Em 1940 são considerados como activos o conjunto dos indivíduos recenseados >10 anos que exerciam uma actividade ou tinham uma condição susceptível de proveito económico imediato. Daí que a população activa apurada seja respectivamente:

Portugal	5209720	
Continente	4862355	(conforme consta do quadro 1, alínea a)
Lisboa	519922	
Porto	179996	

Considera porém o censo, a população com condições não profissionais nomeadamente nos *Serviços (serviços domésticos e similares)* e nas *Actividades ignoradas ou mal definidas* e sendo respectivamente:

Portugal	2276908 + 12577 = 2289485
Continente	2103859 + 11791 = 2115650
Lisboa	213215 + 2365 = 215580
Porto	668166 + 942 = 67758

Descontando esta população «com condições não profissionais» (que no caso dos *serviços domésticos e similares*) é toda do sexo feminino e nas *actividades ignoradas ou mal definidas* aproximadamente 50% por sexo à população activa total passaríamos a ter apenas a seguinte população activa.

Portugal	2920235
Continente	2746705
Lisboa	304342
Porto	112238

Como a população descontada é toda do sector terciário resulta que os valores do terciário do quadro 1, alínea a), passem apenas para:

Portugal	874285
Continente	832219
Lisboa	214862
Porto	68007

o que significa que estes valores e as percentagens do primário, secundário e terciário em Portugal venham agora conforme consta do quadro 1, alínea a<sub>1</sub>), respectivamente 50,7, 19,4 e 29,9%. Este valor (29,9%) do terciário, estará mais de acordo com a realidade da época pois o valor 60,7% registado na alínea a<sub>1</sub>) do mesmo quadro, colocaria Portugal num grau de terciarização bem superior ao apurado para 1988 (44,2%), e que nem a Europa dos Doze (59,2%) ou o industrializado Japão (58,0%) ainda atingiam no mesmo ano (Quadro 7).

b) Em 1950 é considerada como população activa o conjunto de recenseados >12 anos que exerciam **uma profissão** ou tinham **uma ocupação**. Nos quadros apenas considerámos a população activa a exercer uma profissão daí a discrepância em relação a 1940 (Quadro 1, alínea a).

Considerando a população activa total (com profissão e ocupação) teríamos os seguintes resultados: em Portugal 5998923 activos, no Continente 5593549, na cidade de Lisboa 582295 e na do Porto 198664. Em termos de taxas de actividade correspondem-lhe respectivamente: 70,5, 70,6, 74,3 e 70,6.

O Censo de 1950 distingue ainda na população activa com ocupação as mulheres ocupadas nas lides domésticas (camponesas, domésticas, donas de casa, familiares), os proprietários e capitalistas, os mendigos e as ocupações diversas. É-nos impossível, a não ser no caso das camponesas, fazer a sua distinção por sectores de actividade económica.

c) O Censo de 1960 considera como activos os recenseados >10 anos também com **profissão e ocupação**, os desempregados à procura do primeiro emprego e aqueles que cumpriam o serviço militar obrigatório.

Nos quadros voltámos a considerar apenas a população activa a exercer uma profissão, pois se tivéssemos juntado ambas teríamos também: em Portugal 6279438, no Continente 5877614, em Lisboa 604888 e no Porto 211591, no total de activos e em termos de taxas de actividade respectivamente: 70,6, 70,9, 75,4 e 69,7.

d) Em 1970 o censo considera como activos o conjunto de recenseados 10 anos que exerciam uma profissão na semana de referência (8 a 14/12/70) e distingue população com **actividade económica**, o conjunto de indivíduos a exercer uma profissão, os desempregados à procura de novo emprego e os do serviço militar obrigatório. Considera população *sem actividade económica*: as **domésticas**, os <10 anos, os >10 anos a cumprir a escolaridade obrigatória, os estudantes, os proprietários e as pessoas vivendo de rendimento de capitais. Por uma uniformização de critério, neste Recenseamento recolhemos apenas os valores da população com actividade económica.

e) Em 1981 o censo distingue a população activa total (civil + forças armadas) e a civil. Por população activa civil entende-se o «conjunto de indivíduos de 12 e mais anos de idade que na semana de referência (8 a 14 de Março de 1981) não estando a prestar serviço militar obrigatório nem sendo membro das forças armadas:

- Exerceram uma profissão de forma remunerada ou que o não fizeram por motivos passageiros tais como: doença, maternidade, férias, acidentes de trabalho, causas técnicas, condições climatéricas desfavoráveis, redução da actividade da empresa ou outras.
- Familiares não remunerados que trabalharam pelo menos 15 horas numa exploração agrícola ou empresa de uma pessoa com quem coabitam ou que o não fizeram por motivos passageiros tais como: doença, maternidade, férias, acidentes de trabalho, causas técnicas, condições climatéricas desfavoráveis ou outras.
- Patrões e indivíduos trabalhando por conta própria.

Define ainda o censo profissão como «o officio ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, normalmente efectuado pelo recenseado».

Os indivíduos a cumprir serviço militar obrigatório bem como os desempregados à procura de novo emprego, foram classificados segundo a última profissão, daí que neste censo e nos quadros se apresente a população activa total, uma vez que as forças armadas também foram contabilizadas nos recenseamentos anteriores, nomeadamente nos *Serviços*, como fazendo parte da população activa.

### **Evolução da população activa por sectores de actividade económica em Portugal, no Continente e nas cidades de Lisboa e Porto de 1940 a 1981**

Tendo em conta os critérios e metodologia citados, numa primeira fase, optámos por estudar a evolução operada no País, no Continente e em Lisboa e Porto (Quadro 1).

Deixando de lado os valores apurados para 1940 (álgebra *a*), pelas razões já expostas, não há dúvida, que no País, se assiste a um aumento gradual do sector terciário, passando de 29,9% em 1940 para 41,9% em 1981. O valor registado para 1950 (26,4%), ligeiramente mais baixo que o de 1940 (29,9%), deverá resultar da diferença de critérios de população activa utilizados nos dois censos, nomeadamente quanto à idade, a partir dos dez anos em 1940 e apenas dos doze em 1950. De salientar que só de 1960 para 1981, em Portugal, o terciário cresce 80,8% em termos de efectivos, passando de 911915 para 1612498 activos, e de 55,2% em termos percentuais, evoluindo de 27,5 para 41,9%. Com excepção de 1970-1981, situação idêntica, se opera no Continente (Fig. 1, elaborada a partir dos valores do Quadro 1, 1940 *a*<sub>1</sub> a 1981).

Quanto às cidades de Lisboa e Porto, mesmo tendo em conta as «quebras» registadas de 1940 para 1950 (Fig. 1), podemos dizer que apresentam uma evolução significativa da terciarização, excepção feita para Lisboa de 1970 para 1981, em que se verifica uma ligeira quebra<sup>1</sup> na percentagem do sector terciário passando de 74,7% para 74%, (Fig. 1). Apesar de apresentar o valor mais elevado do sector terciário das quatro áreas geográficas em estudo, o que se explica sobretudo pela sua função de capital e sede dos principais Serviços

---

<sup>1</sup> Segundo Jorge Gaspar, 1987, pp. 66, esta quebra «terá de ser analisada em pormenor, para verificar se corresponde tão só à perda de funções de nível regional e até local que ainda se encontravam na Área Metropolitana de Lisboa\* ou se representa a incapacidade de se modernizar e desempenhar o papel de direcção e inovação a nível nacional e mesmo internacional, que deverá potencializar».

\* Apesar de Jorge Gaspar ter considerado a Área Metropolitana de Lisboa (em que incluiu concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal) e nós apenas a cidade de Lisboa, achamos dever ser mencionada a opinião do autor.



QUADRO 1 — Evolução da estrutura da população activa, em Portugal, no Continente e nas cidades de Lisboa e Porto, de 1940 a 1981

Anos		Sector de actividade económica						População activa total	População residente	Taxa de Actividade
		Primário		Secundário		Terciário				
		N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%			
1940 a)	Portugal	1 479 895	28,4	566 055	10,9	3 163 770	60,7	5 209 720	7 755 423	67,2
	Continente	1 373 669	28,3	540 817	11,1	2 947 869	60,6	4 862 355	7 218 882	67,4
	Lisboa	9 254	1,8	80 226	15,4	430 442	82,8	519 922	694 389	74,9
	Porto	3 860	2,1	40 371	22,4	135 765	75,4	179 996	258 548	69,6
1940 a1)	Portugal	1 479 895	50,7	566 055	19,4	874 285	29,9	2 920 235	7 755 423	37,7
	Continente	1 373 669	50,0	540 817	19,7	832 219	30,3	2 746 705	7 218 882	38,0
	Lisboa	9 254	3,0	80 226	26,4	214 862	70,6	304 342	694 389	43,8
	Porto	3 860	3,4	40 371	36,0	68 007	60,6	112 238	258 548	43,4
1950 b)	Portugal	1 594 195	49,9	757 385	23,7	844 902	26,4	3 196 482	8 510 240	37,6
	Continente	1 477 803	49,2	724 071	24,1	803 236	26,7	3 005 110	7 921 913	37,9
	Lisboa	11 227	3,3	103 126	30,0	229 148	66,7	343 501	783 226	43,9
	Porto	3 720	3,1	46 237	39,0	68 730	57,9	118 687	281 406	42,2
1960 c)	Portugal	1 471 216	44,4	932 508	28,1	911 915	27,5	3 315 639	8 889 392	37,3
	Continente	1 363 382	43,6	896 584	28,7	866 279	27,7	3 126 245	8 292 975	37,7
	Lisboa	4 264	1,2	111 256	31,4	238 559	67,4	354 079	802 230	44,1
	Porto	1 582	1,2	51 905	40,5	74 774	58,3	128 261	303 424	42,3
1970 d)	Portugal	1 015 050	32,1	1 009 150	31,9	1 139 655	36,0	3 163 855	8 611 110	36,7
	Continente	939 845	31,5	963 035	32,2	1 085 290	36,3	2 988 170	8 074 960	37,0
	Lisboa	2 470	0,8	78 080	24,5	238 080	74,7	318 630	760 150	41,9
	Porto	985	0,8	45 975	35,7	81 845	63,5	128 805	300 925	42,8
1981 e)	Portugal	755 874	19,6	1 480 355	38,5	1 612 498	41,9	3 848 727	9 833 014	39,1
	Continente	711 132	19,3	1 429 196	38,8	1 539 139	41,8	3 679 467	9 336 760	39,4
	Lisboa	1 775	0,5	88 596	25,4	257 822	74,0	348 193	807 937	43,1
	Porto	600	0,4	45 956	32,8	93 388	66,7	139 944	327 368	42,7

a) Os valores apurados incluem toda a população recenseada > 10 anos quer a exercer uma profissão quer com "condições não profissionais"

a1) Os valores apurados incluem apenas a população recenseada > 10 anos a exercer uma profissão

b) População recenseada > 12 anos a exercer uma profissão

c) População recenseada > 10 anos a exercer uma profissão

d) População recenseada > 10 anos com actividade económica

do «aparelho estatal», Lisboa apenas regista um crescimento de 11% naquele sector passando de 66,7% em 1950 para 74% em 1981, enquanto que a cidade do Porto e no mesmo período apresenta um aumento de 15%, evoluindo de 57,9 para 66,7%.

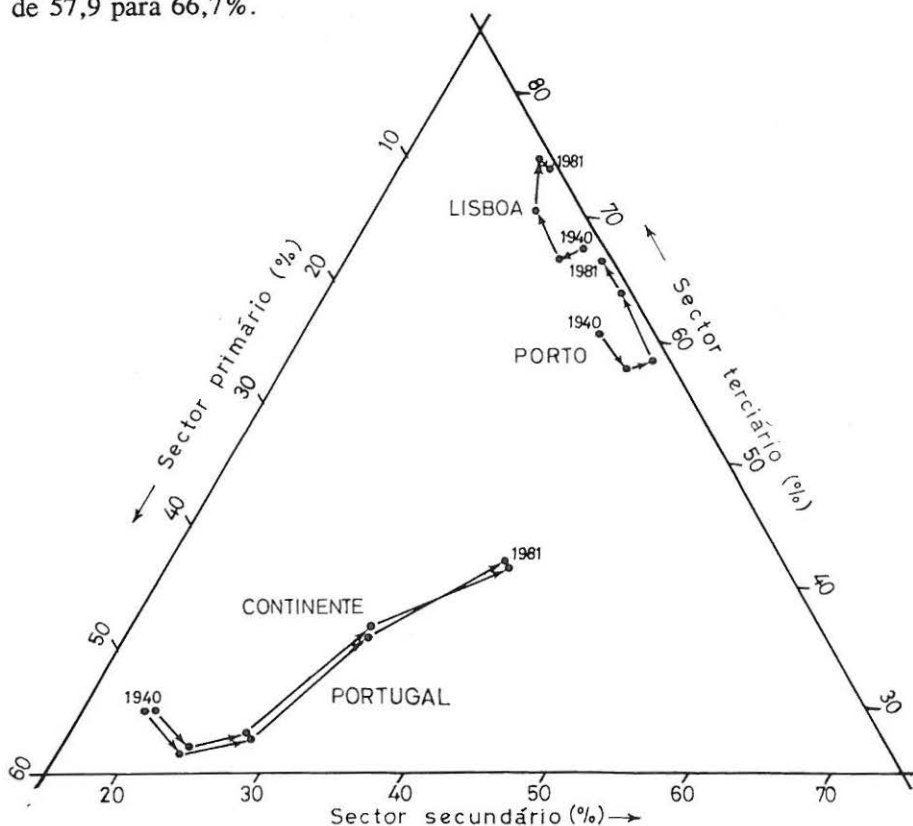


FIG. 1 — Evolução da população activa, em Portugal no Continente e nas cidades de Lisboa e Porto de 1940 a 1981.

### Evolução da população activa em Portugal Continental de 1940 a 1981 — Análise Distrital

Já referimos que a proporção de activos nos grupos de actividade económica, varia de país para país, no seio do próprio país. De facto, se não se notam grandes disparidades na evolução do sector terciário quando comparamos o País e o Continente ou até mesmo as cidades de Lisboa e Porto, o mesmo não acontece quando se faz, por exemplo, uma desagregação geográfica a nível distrital.

QUADRO 2 — Distribuição da população activa \* por sectores de actividade económica nos distritos do Continente em 1940

Distritos	Sector de actividade económica						População activa	População residente	Taxa de Actividade
	Primário		Secundário		Terciário				
	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%			
Aveiro	86 479	54,0	38 036	23,8	35 616	22,2	160 131	433 395	36,9
Beja	71 827	69,7	9 678	9,4	21 579	20,9	103 084	278 215	37,1
Braga	102 806	53,0	47 880	24,7	43 179	22,3	193 865	487 674	39,8
Bragança	52 080	69,2	6 583	8,7	16 610	22,1	75 273	213 679	35,2
Castelo Branco	66 343	61,4	19 308	17,9	22 380	20,7	108 031	304 592	35,5
Coimbra	89 784	59,2	22 659	14,9	39 188	25,8	151 631	415 827	36,5
Évora	45 942	58,9	10 204	13,1	21 890	28,1	78 036	209 956	37,2
Faro	68 270	58,6	22 043	18,9	26 202	22,5	116 515	319 625	36,5
Guarda	66 795	66,6	13 148	13,1	20 303	20,3	100 246	295 663	33,9
Leiria	81 128	63,2	19 701	15,3	27 568	21,5	128 397	358 021	35,9
Lisboa	79 821	17,9	106 386	23,9	259 599	58,2	445 806	1 054 731	42,3
Portalegre	44 726	62,0	9 301	12,9	18 166	25,2	72 193	189 044	38,2
Porto	98 363	27,4	125 774	35,0	135 148	37,6	359 285	940 870	38,2
Santarém	96 791	60,6	24 862	15,6	38 196	23,9	159 849	426 136	37,5
Setúbal	45 876	44,2	27 376	26,4	30 457	29,4	103 709	270 000	38,4
Viana do Castelo	78 767	71,4	11 748	10,7	19 732	17,9	110 247	261 133	42,2
Vila Real	77 981	71,8	8 355	7,7	22 310	20,5	108 646	291 297	37,3
Viseu	119 890	69,8	17 775	10,3	34 096	19,9	171 761	469 024	36,6
Total do Continente	1 373 669	50,0	540 817	19,7	832 219	30,3	2 746 705	7 218 882	38,0

\* À população activa recenseada nos distritos e no Continente foi retirada a população «com condições não profissionais», pelo mesmo critério seguido na elaboração do Quadro I, alínea a1). O distrito de Aveiro é o único no censo em que não aparece publicada separadamente a população «com condições não profissionais» pelo que o valor registado para o sector Terciário resulta da correcção face ao valor apurado no volume do total do Continente, uma vez retirada toda a população distrital «com condições não profissionais».

Fonte: Recenseamento da população de 1940.

Com as reservas que merece a interpretação dos dados do recenseamento de 1940, (Quadro 2), pode dizer-se que à excepção de Lisboa (58,2%) e Porto (37,6%), todos os outros distritos apresentam valores do terciário inferiores ao do Continente (30,3%). Com os valores mais baixos salientam-se o distrito de Viana do Castelo (17,9%), que é simultaneamente o que apresenta o segundo valor percentual mais elevado de activos no sector primário (71,4%), e o distrito de Viseu que com um terciário de 19,9% regista o terceiro valor mais alto do sector primário (69,8%). Em termos absolutos verifica-se ainda uma variação entre 16610 activos no terciário de Bragança e 43179 em Braga, valores só ultrapassados nos distritos de Lisboa (259599) e Porto (135148).

De 1950 para 1981 (Quadros 3 a 6), todos os distritos à excepção de Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Viana do Castelo, Vila real e Viseu apresentam uma evolução positiva de activos no sector terciário. De facto, estes distritos registam na década de 1950-60, descidas, umas mais outras menos significativas. Enquanto o terciário desce em Aveiro, de 20,2% para 19,4%, o que significa uma quebra de 4% que não foi acompanhada da diminuição do número de activos em termos absolutos, nos outros distritos considerados, houve perdas quer em percentagem do sector quer no número de activos. Assim, enquanto os distritos de Bragança e Vila Real sofrem baixas de 16%, passando respectivamente de 16,7 para 14% e de 17,2 para 14,5%, Viana do Castelo desce 7% ou seja de 18,2 para 17%, ao passo que Castelo Branco e Viseu vêm a percentagem dos seus terciários diminuir apenas 3 e 2%, correspondendo a variações de 17,6% em 1960 para 17% em 1970 no primeiro e de 16,6% para 16,3 no segundo.

Da análise dos valores percentuais do sector terciário apurados nos quadros 2 a 6, mesmo tendo em conta, por razões já apontadas, a sua diminuição em todos os distritos do Continente, e nele próprio, de 1940 para 1950 e nos seis distritos anteriormente citados na década de 1950-60, podemos afirmar, que se 1940 para 1981, a evolução foi francamente positiva apesar de grandes disparidades. Assim, o maior crescimento do terciário (131%) regista-se no distrito de Viana do Castelo. Este distrito só na década de 1970-80, apresenta um «salto» de 129% passando de 18% em 1970 para 41,3 em 1981 em termos percentuais e vê os seus activos subirem em termos absolutos de 17790 para 40467, o que significa um aumento de 127%. Este aumento é acompanhado dum diminuição quer em percentagem quer em valor absoluto dos activos nos sectores secundário e primário (Quadros 5 e 6). O segundo distrito a apresentar o maior crescimento de 1940-1981 é o distrito da Guarda com 122%. Porém, a análise dos mesmos quadros 5 e 6, mostra-nos que esse crescimento do terciário se processa de 1970 para 1981 em que evolui de 20,2% para 45% ou seja de 123%, acompanhado de uma perda significativa de activos totais de aproximadamente 27000 indivíduos.

QUADRO 3 — Distribuição da população activa por sectores de actividade económica nos distritos do Continente em 1950

Distritos	Sector de actividade económica						População activa total	População residente	Taxa de Actividade
	Primário		Secundário		Terciário				
	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%			
Aveiro	83 335	48,2	54 450	31,5	34 936	20,2	172 721	483 396	35,7
Beja	87 091	76,3	9 040	7,9	18 079	15,8	114 210	291 024	39,2
Braga	96 977	46,8	72 347	34,9	37 788	18,2	207 112	546 302	37,9
Bragança	55 316	74,1	6 906	9,2	12 461	16,7	74 683	228 358	32,7
Castelo Branco	68 281	61,4	23 320	21,0	19 555	17,6	111 156	324 577	34,2
Coimbra	90 079	58,1	27 966	18,0	36 964	23,8	155 009	438 688	35,3
Évora	59 645	66,9	11 385	12,8	18 123	20,3	89 153	221 881	40,2
Faro	81 053	63,0	24 955	19,4	22 684	17,6	128 692	328 231	39,2
Guarda	70 631	70,3	14 484	14,4	15 299	15,2	100 414	307 667	32,6
Leiria	85 023	62,3	27 902	20,4	23 579	17,3	136 504	395 990	34,5
Lisboa	96 206	18,5	143 131	27,5	280 397	53,9	519 794	1 222 471	42,5
Portalegre	56 772	68,0	10 385	12,4	16 294	19,5	83 451	200 430	41,6
Porto	102 796	25,0	173 597	42,3	134 453	32,7	410 846	1 052 522	39,0
Santarém	114 875	63,4	32 000	17,7	34 293	18,9	181 168	460 193	39,4
Setúbal	60 038	43,9	44 244	32,3	32 522	23,8	136 804	325 646	42,0
Viana do Castelo	64 961	64,9	16 879	16,9	18 198	18,2	100 038	279 486	35,8
Vila Real	83 008	73,9	10 047	8,9	19 287	17,2	112 342	319 423	35,2
Viseu	121 716	71,2	20 973	12,3	28 324	16,6	171 013	494 628	34,6
Total do Continente	1 477 803	49,2	724 071	24,1	803 236	26,7	3 005 110	7 921 913	37,9

QUADRO 4 — Distribuição da população activa por sectores de actividade económica nos distritos do Continente em 1960

Distritos	Sector de actividade económica						População activa total	População residente	Taxa de Actividade
	Primário		Secundário		Terciário				
	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%	N <sup>o</sup> s absolutos	%			
Aveiro	71 577	38,6	77 796	42,0	36 059	19,4	185 432	524 592	35,3
Beja	80 696	74,0	11 015	10,1	17 347	15,9	109 058	276 895	39,4
Braga	86 968	41,4	83 625	39,8	39 645	18,9	210 238	596 768	35,2
Bragança	62 514	75,6	8 642	10,4	11 550	14,0	82 706	233 441	35,4
Castelo Branco	67 282	59,2	27 038	23,8	19 273	17,0	113 593	316 536	35,9
Coimbra	80 323	52,6	33 660	22,0	38 764	25,4	152 747	433 656	35,2
Évora	54 886	62,9	12 855	14,7	19 496	22,3	87 237	219 916	39,7
Faro	73 814	58,7	28 265	22,5	23 746	18,9	125 825	314 841	40,0
Guarda	64 932	68,0	14 767	15,5	15 725	16,5	95 424	282 606	33,8
Leiria	84 135	57,3	37 207	25,4	25 372	17,3	146 714	404 500	36,3
Lisboa	81 448	13,9	187 190	32,0	316 715	54,1	585 353	1 382 959	42,3
Portalegre	48 962	65,2	11 122	14,8	15 005	20,0	75 089	188 482	39,8
Porto	87 673	19,6	211 919	47,3	148 281	33,1	447 873	1 193 368	37,5
Santarém	96 200	55,9	39 497	22,9	36 517	21,2	172 214	461 707	37,3
Setúbal	53 608	35,0	58 135	37,9	41 602	27,1	153 345	377 186	40,7
Viana do Castelo	62 407	62,6	20 344	20,4	16 931	17,0	99 682	277 748	35,9
Vila Real	87 714	75,8	11 227	9,7	16 831	14,5	115 772	325 358	35,6
Viseu	118 243	70,4	22 280	13,3	27 420	16,3	167 943	482 416	34,8
Total do Continente	1 363 382	43,6	896 584	28,7	866 279	27,7	3 126 245	8 292 975	37,7

Fonte: Recenseamento da população de 1960.

O terceiro maior crescimento na variação 1940-1981 pertence ao distrito de Faro (112%, que já na década de 1960-1970 em termos percentuais crescerá 68% passando de 18,9% para 31,9% e na década de 1970-81 volta a crescer 49% evoluindo de 31,8% para 47,4%. Em termos absolutos este distrito vê nesta década os seus activos terciários aumentarem de 24507 indivíduos, a que corresponde um acréscimo de 75%, na sua maioria devido à expansão de actividades ligadas ao turismo. Seguem-se por ordem decrescente de crescimento no período de 1940-1981 os distritos de Évora com 69%, Coimbra com 60%, Portalegre, Setúbal, Santarém e Castelo Branco respectivamente com 58, 57, 56 e 53%; Leiria apresenta no mesmo período, um crescimento de 42%, Vila Real 35% e Bragança 33%; com valores mais baixos seguem-se os distritos de Viseu, Aveiro, Beja e Braga a que correspondem crescimentos de 29, 20, 16 e 11%. Curiosamente os distritos de Lisboa e Porto apenas crescem 9 e 8%, valores mais baixos do que aqueles que referenciamos anteriormente, desprezando os dados de 1940 e fazendo a evolução 1950-1981. No mesmo período o Continente registou um acréscimo de 38%.

*O recenseamento de 1981* por ser o último que nos permite estudar a distribuição da população activa por sectores de actividade económica a nível distrital, merece uma maior reflexão, dado que a proporção de activos em cada sector apresenta grandes disparidades de distrito para distrito variando em termos totais entre 42368 activos no distrito da Guarda e 893917 no de Lisboa (Fig. 2).

O sector terciário é maioritário, em termos percentuais, nos distritos de Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal. Em valor absoluto os activos oscilam entre 16964 em Bragança e 565713 em Lisboa.

O sector secundário chama a si a maior percentagem dos activos dos distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Porto. No entanto, em números absolutos os activos variam entre 21482 na Guarda e 325810 no Porto.

Finalmente, o sector primário predomina em Beja, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Contudo os seus activos registam um valor de 27157 em Beja para 77837 em Viseu.

Quando comparamos os quadros 5 (1970) e 6 (1981) conclui-se que de 1970 para 1981 o sector terciário subiu em todos os distritos e do Continente. Porém, há distritos que registam no mesmo período perdas dos seus efectivos activos totais. Tal é o caso dos distritos de Beja (16468), Évora (1613), Guarda (26972), Portalegre (8025), enquanto Viana do Castelo perde apenas 893 activos. Para além destas perdas de activos, há ainda alguns distritos que viram diminuir a sua população residente, ou a taxa de actividade, ou até ambas. Em Beja diminuiu a população residente e a taxa de actividade,

QUADRO 5 — Distribuição da população activa por sectores de actividade económica nos distritos do Continente em 1970

Distritos	Sectores de actividade económica						População activa total	População residente	Taxa de Actividade
	Primário		Secundário		Terciário				
	N <sup>º</sup> s absolutos	%	N <sup>º</sup> s absolutos	%	N <sup>º</sup> s absolutos	%			
Aveiro	53 085	27,4	90 080	46,5	50 605	26,1	193 770	545 230	35,5
Beja	51 410	65,2	8 305	10,5	19 170	24,3	78 885	204 440	38,6
Braga	68 885	31,7	99 020	45,6	49 290	22,7	217 195	609 405	35,6
Bragança	39 695	71,1	4 765	8,5	11 350	20,3	55 810	180 395	30,9
Castelo Branco	44 190	49,5	23 965	26,8	21 185	23,7	89 340	254 355	35,1
Coimbra	55 885	40,8	35 105	25,6	46 115	33,6	137 105	399 380	34,3
Évora	36 745	51,1	13 455	18,7	21 765	30,2	71 965	178 475	40,3
Faro	45 125	44,0	24 855	24,2	32 630	31,8	102 610	268 035	38,3
Guarda	41 280	59,5	14 085	20,3	13 975	20,2	69 340	210 720	32,9
Leiria	55 955	42,7	42 205	32,2	32 845	25,1	131 005	376 940	34,8
Lisboa	49 795	7,8	193 705	30,3	396 830	62,0	640 330	1 568 020	40,8
Portalegre	33 810	57,9	8 805	15,1	15 755	27,0	58 370	145 545	40,1
Porto	57 715	12,0	239 460	49,6	185 705	38,5	482 880	1 309 560	36,9
Santarém	64 415	42,0	41 455	27,1	47 360	30,9	153 230	427 995	35,8
Setúbal	39 695	20,6	75 975	39,5	76 765	39,9	192 435	469 555	41,0
Viana do Castelo	62 150	62,9	18 930	19,1	17 790	18,0	98 870	250 510	39,5
Vila Real	54 430	67,3	8 750	10,8	17 670	21,9	80 850	265 605	30,4
Viseu	85 580	63,7	20 285	15,1	28 485	21,2	134 350	410 795	32,7
Total do Continente	939 845	31,5	963 205	32,2	1 085 290	36,3	2 988 340	8 074 960	37,0

Fonte: Recenseamento da população de 1970.



QUADRO 6 — Distribuição da população activa \* por sectores de actividade económica nos distritos do Continente em 1981

Distritos	Sector de actividade económica						População activa total	População residente	Taxa de Actividade
	Primário		Secundário		Terciário				
	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%			
Aveiro	51 397	19,8	138 666	53,5	69 345	26,7	259 408	622 988	41,6
Beja	27 157	43,5	12 236	19,6	23 034	36,9	62 427	188 420	33,1
Braga	51 807	18,8	155 465	56,4	68 526	24,8	275 798	708 924	38,9
Bragança	30 167	52,2	10 699	18,5	16 964	29,3	57 830	184 252	31,4
Castelo Branco	27 103	33,0	28 939	35,3	26 001	31,7	82 043	234 230	35,0
Coimbra	41 515	25,2	55 057	33,4	68 277	41,4	164 849	436 324	37,8
Évora	26 846	38,2	10 162	14,4	33 344	47,4	70 352	180 277	39,0
Faro	30 018	24,9	33 261	27,6	57 137	47,4	120 416	323 534	37,2
Guarda	1 800	4,2	21 482	50,7	19 086	45,0	42 368	205 631	20,6
Leiria	44 093	27,3	68 145	42,2	49 283	30,5	161 521	420 229	38,4
Lisboa	38 003	4,3	290 201	32,5	565 713	63,3	893 917	2 069 467	43,2
Portalegre	18 105	36,0	12 267	24,4	19 983	39,7	50 355	142 905	35,2
Porto	51 566	8,1	325 810	51,3	257 811	40,6	635 187	1 562 287	40,7
Santarém	45 343	26,6	61 621	36,2	63 378	37,2	170 342	454 123	37,5
Setúbal	25 132	9,6	116 218	44,3	121 124	46,1	262 474	658 326	39,9
Viana do Castelo	45 715	46,7	11 801	12,0	40 467	41,3	97 983	256 814	38,2
Vila Real	47 558	54,0	16 199	18,4	24 268	27,6	88 025	264 381	33,3
Viseu	77 837	50,5	36 659	23,8	39 692	25,7	154 188	423 648	36,4
Total do Continente	711 132	19,3	1 429 196	38,8	1 539 139	41,8	3 679 467	9 336 760	39,4

\* Inclui a população activa civil e as forças armadas

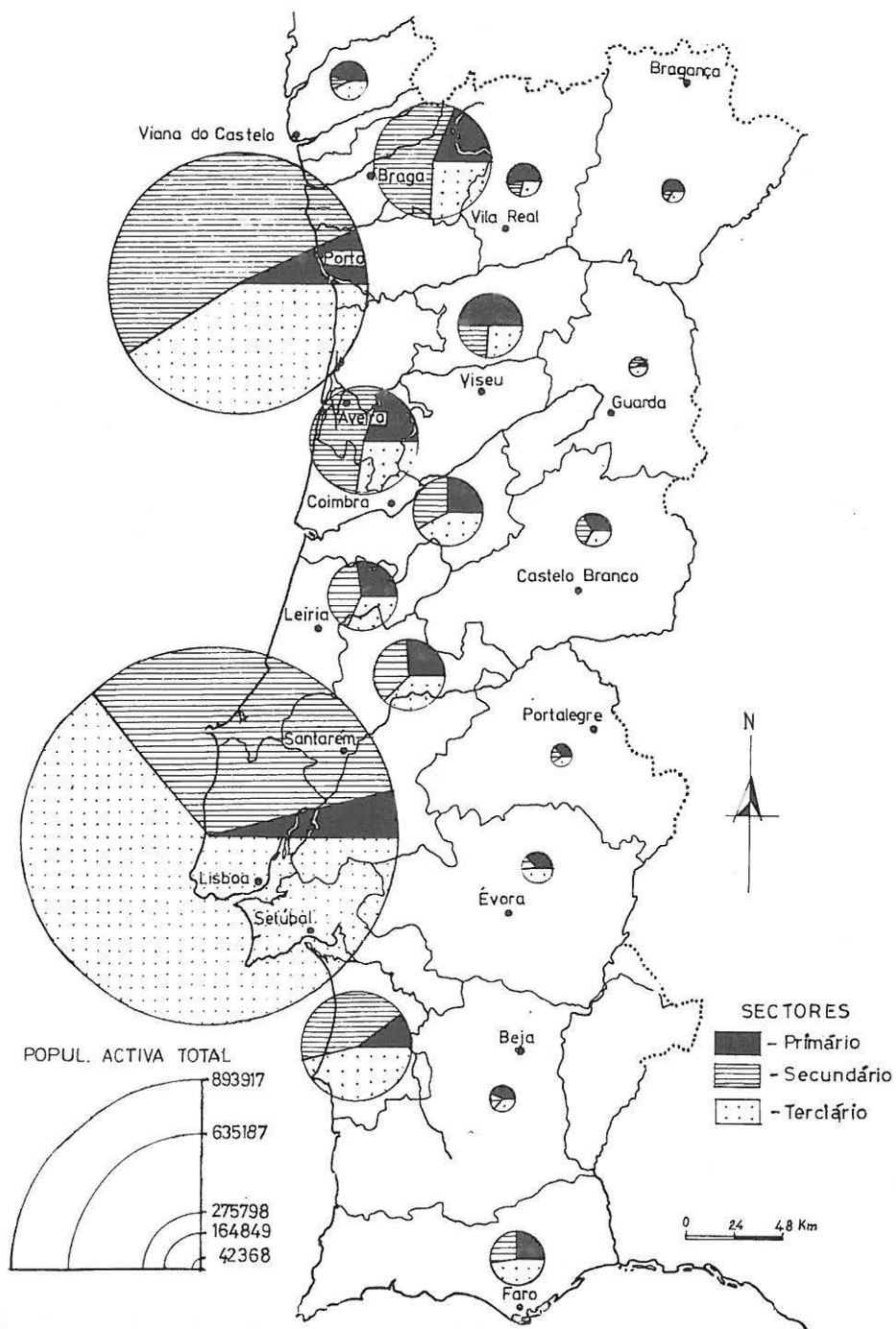


FIG. 2 — Estrutura da população activa por distritos — 1981.

tal como em Castelo Branco, Guarda e Portalegre. Em Vila Real diminuiu apenas a população residente e quanto à taxa de actividade ela desceu ainda nos distritos de Évora, Faro, Setúbal e Viana do Castelo.

Desta última análise merece referência o distrito da Guarda. Este distrito, que nunca conseguiu superar as perdas de população residente sofridas na década de sessenta, é simultaneamente aquele em que de 1970 para 1981 diminui a população activa total, a população residente e por conseguinte a taxa de actividade. Refira-se que de uma taxa de 32,9% em 1970, desceu para 20% em 1981, ou seja, sofreu uma diminuição de 39%. Contudo, se o seu terciário aumentou, ou mesmo o secundário ainda mais, os efectivos do sector primário reduziram-se em 95,6%, passando de 41280 activos para 1800, diminuindo em termos percentuais de 59,5 para 4,2%, o que significa uma perda de 55,3%. Tais perdas não representam tanto modernização do sector, nomeadamente na agricultura, mas antes sim um progressiva desertificação das áreas rurais aliada a um acelerado envelhecimento da população e até a um crescimento populacional negativo da ordem dos 30,1%, operado na evolução 1960-1987, cfr. (Fernanda Delgado Cravidão e Mário Antunes de Matos, 1990).

Em síntese podemos afirmar que de 1940 para 1981 quer o País, o Continente, as cidades de Lisboa e Porto ou os próprios distritos continentais, todos estão envolvidos num processo generalizado de terciarização apesar de disparidades sobretudo *litoral interior*. O fenómeno continuará a evoluir, mas serão provavelmente os distritos do litoral da faixa Braga Setúbal, em que predomina actualmente o sector secundário, aqueles em que o terciário irá ter maior desenvolvimento.

## O Terciário na C.E.E., E.U.A. e Japão

Após a análise anteriormente feita é de fundamental importância saber qual a posição do terciário português em relação aos seus parceiros comunitários.

Segundo as últimas *Estatísticas de Base da Comunidade Económica Europeia* disponíveis, Portugal apresentava em 1988 o terciário mais baixo (44,2%), seguido de perto pela Grécia com 45% (valor de 1987). O quantitativo apurado para Portugal representa porém um crescimento em relação a 1981, da ordem dos 5,5%, tendo o sector evoluído de 41,9% para 44,2% (Quadro 7), mesmo tendo em conta que o valor de 1981 inclui as forças armadas enquanto que o de 1987 diz apenas respeito à população activa civil. Os valores do terciário mais elevados registam-se na Bélgica (69,1%), Holanda e Inglaterra com 68,7 e 68,3% respectivamente. Seguem-se-lhes a Dinamarca (67,4%), o Luxemburgo (65%) e a França com 62,9%; a Itália e a Irlanda detêm respectivamente 57,5 e 56,5% dos activos. A Alemanha, com o maior

secundário da C.E.E. e até superior ao dos Estados Unidos ou Japão (Fig. 3) absorve 54,5% dos seus activos no terciário, seguida da Espanha com 53,1%. Por último e como se referiu, a Grécia (que apresenta porém um primário em maior percentagem que Portugal e o mais elevado da Comunidade) e Portugal.

QUADRO 7 — População activa civil (%) por sectores de actividade económica nos países da C.E.E., E.U.A. e Japão em 1988

<i>País</i>	<i>Primário</i>	<i>Secundário</i>	<i>Terciário</i>
Alemanha	4,3	41,2	54,5
Bélgica	2,7	28,2	69,1
Dinamarca	6,3	26,3	67,4
Espanha	14,4	32,5	53,1
França	6,8	30,4	62,9
Grécia*	27,0	28,0	45,0
Holanda	4,7	26,5	68,7
Inglaterra	2,2	29,4	68,3
Irlanda	15,4	27,8	56,8
Itália	9,9	32,6	57,5
Luxemburgo	3,4	31,6	65,0
Portugal	20,7	35,1	44,2
EUR 12	7,6	33,2	59,2
E.U.A.	2,9	26,9	70,2
JAPÃO	7,9	34,1	58,0

\* O valor é de 1987.

- Adaptado de Eurostat.

A Europa Comunitária, no seu conjunto, apresenta um terciário de 59,2%, ligeiramente superior ao do industrializado Japão mas bem inferior ao dos Estados Unidos (70,2%) que se aponta normalmente como «modelo» do desenvolvimento económico em função do esquema de evolução da sua população activa.

Uma publicação do Eurostat, *A Europa em números*, 1988, considera que a década de 1975-1985 se caracterizou pelo «boom» do sector terciário, também chamado «sector dos serviços», que nesses dez anos cresceu 21%, representando em 1985 57,2% do P.I.B. da Comunidade.

Não foi tão importante o aumento do emprego (apenas 17,2%), contra os 32% dos Estados Unidos e 20% do Japão. Refere a mesma publicação que naquela década, o saldo do empregos só foi positivo no sector terciário e se

entre 1975 e 1980 a taxa de crescimento do emprego foi superior a 10% em todos os países membros à excepção da Alemanha, Inglaterra e Espanha, de 1980 a 1985 o número de empregos naquele sector, só aumentou em relação a 1975-1980, na Grécia, Espanha, Itália e Portugal.

O facto dos «serviços» terem a tendência para chamar a si uma parte cada vez maior de a população activa, designa-se por «terciarização da economia», fenómeno considerado pelos economistas como anunciando uma economia pós-

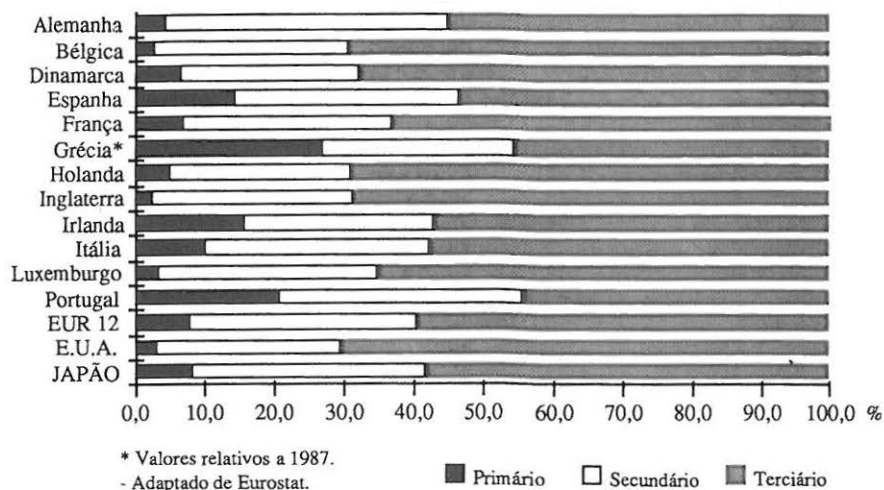


FIG. 3 — Distribuição da população activa civil (%) por sectores de actividade económica nos países da CEE, E.U.A. e Japão em 1988.

-industrial, na qual segundo a opinião de alguns a qualidade de trabalho se deteriorará «os operários especializados serão substituídos por robôs para ir vender *hamburgers*», enquanto a opinião de outros é que a qualidade de trabalho só poderá melhorar: os trabalhadores «em gravata» substituirão os trabalhadores «em fato macaco». Salienta a mesma publicação que uma resposta a esta pergunta exige um conhecimento evolutivo de cada um dos grupos de actividade do sector dos «serviços», trabalho que o Eurostat tem vindo a fazer.

## CONCLUSÃO

O «boom» do terciário na década de 1975-1985 também se fez sentir em Portugal embora com disparidades na evolução espacial. Numas áreas as transferências das remessas dos emigrantes, ou até das pensões e subsídios, a des-

centralização de funções para o poder regional e local a criação de institutos de ensino superior, noutras o incrementar do fenómeno turístico, terão sido, entre outros, os «motores» dessa terciarização. Desta breve análise podemos concluir, que apesar de disparidades espaciais, Portugal também está envolvido nesse processo de «terciarização».

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antecedentes Metodologia e Conceitos dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1981, (1984), I.N.E. Lisboa.*
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado e MATOS, Mário Antunes de (1990) — *A População Portuguesa dos anos 60 ao final do século XX — O envelhecimento acelerado*, CADERNOS de Geografia, n.º 9, Coimbra, I.E.G., pp. 35-48.
- CLAVAL, Paul (1974) — *Éléments de Géographie Humaine*, Paris, Ed. M. Th. Génin.
- Estatísticas de Base da Comunidade — 27.ª edição (1990) — Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.*
- A Europa em números, (1988) — Luxemburgo, S.P.O., C.E.E.*
- FERRÃO, João (1988) — Entender o actual processo de «terciarização»: das teses às dúvidas. *Análise Social*, vol. XXIV (101-102), Lisboa, pp. 703-717.
- GASPAR, Jorge (1987) — *Portugal. Os próximos vinte anos. Ocupação e Organização do Espaço-Retrospectiva e Tendências*. Fundação Calouste Gulbenkian, I vol. Lisboa.
- NOIN, Daniel (1979) — *Géographie de la population*, Paris, Masson.
- Recenseamentos Gerais da População — 1940 a 1981, (1945-1984), I.N.E. Lisboa.*